

RECURSO ESPECIAL Nº 1.351.922 - MG (2012/0230816-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **ROBERTO JOSÉ RICARDO**
ADVOGADO : **SIMONE MUSA CASTRO SILVA - MG084823**
RECORRENTE : **CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI**
ADVOGADOS : **TASSO BATALHA BARROCA E OUTRO(S) - MG051556**
JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA SANTOS E OUTRO(S) - MG074659
RECORRIDO : **OS MESMOS**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. ALEGADA AFRONTA A DISPOSITIVOS DE LEI. *REFORMATIO IN PEJUS* NÃO EXPLICADA. RAZÕES NÃO DECLINADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA N. 284/STF. RESTITUIÇÃO DAS RESERVAS. CORREÇÃO PELO IGP-DI. SEM INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA N. 284/STF. RELAÇÃO NEGOCIAL. DECLARAÇÕES DE VONTADE E INTENÇÕES DAS PARTES. AFRONTA AOS ARTS. 104, 112 E 114 DO CÓDIGO CIVIL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 289/STJ. FUNDAMENTO INATACADO SUFICIENTE PARA MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO. SÚMULA N. 283/STF. ANTERIOR JULGAMENTO DO RESP N. 1.055.581/MG. PROVIMENTO PELO ART. 535 DO CPC/73 PARA RECONHECER OMISSÃO, SOMENTE. ALEGADA AFRONTA AO ART. 515 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, NÃO PROVIDO.

1. Não cabe recurso especial quando o recorrente, apesar de indicar o dispositivo violado, não declina as razões para tanto, ensejando deficiência na fundamentação - Súmula n. 284/STF.

2. Também não enseja o especial quando o recorrente não declina, nas razões, qual o dispositivo legal afrontado. Deficiência na fundamentação. Súmula n. 284/STF.

3. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal. Súmula n. 283/STF.

4. No julgamento do REsp n. 1.055.581/MG, entendeu o Ministro Aldir Passarinho Junior pela afronta ao art. 535 do CPC/73, anulando o pretérito acórdão proferido neste caso para que a Corte de origem se manifestasse sobre a tese de devolução da reserva matemática.

5. Em momento algum houve determinação de incidência de juros remuneratórios, inexistindo a suposta afronta ao art. 515 do CPC/73.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por ROBERTO JOSÉ RICARDO com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

AÇÃO DE COBRANÇA - PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - CONTRIBUIÇÃO PESSOAL - APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CORREÇÃO MONETÁRIA. (VOTO VENCIDO PARCIALMENTE)

- Na ação de cobrança de diferenças de restituição de contribuições pessoais não é relevante a questão acerca das contribuições patronais.

- A atividade securitária, na qual se incluem os planos de previdência privada, insere-se no conceito amplo de serviço, aplicando-se-lhe o Código de Defesa do Consumidor.

- A restituição das parcelas pagas a planos de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva correção da moeda.

V.v.p.: AÇÃO DE COBRANÇA - PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL CONTRIBUIÇÃO PESSOAL - APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CORREÇÃO MONETÁRIA.

A teor da súmula 290 do STJ, descabe a devolução ao beneficiário de plano de previdência privada, da contribuição efetuada pelo seu empregador. A súmula 289 da mesma Corte, determina a plena incidência da correção monetária, sobre o valor vertido pelo participante do plano, que deve lhe ser restituído. (Desembargadora Eulina do Carmo Almeida)

Opostos embargos de declaração, foram providos para sanar omissão quanto aos juros de mora incidentes na espécie - fls. 411-418.

Apresentados embargos infringentes por ROBERTO JOSÉ RICARDO - fls. 615-623, contra o acórdão proferido nos aclaratórios, foram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS INFRINGENTES. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DIVERGÊNCIA. AÇÃO DE COBRANÇA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. OMISSÃO EXISTENTE NO ACÓRDÃO DO TJMG. APONTAMENTO PELO EG. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LIMITES DELINEADOS. VOTO MAJORITÁRIO. OBEDIÊNCIA. PREVALÊNCIA. INFRINGENTES REJEITADOS.

Em suas razões recursais, alega afronta aos seguintes dispositivos de lei federal:

a) arts. 104 e 112 do Código Civil - as declarações de vontade atenderão mais à intenção nelas consubstanciadas do que à forma utilizada, razão pela qual *"se confessado e provado nos autos que os juros remuneratórios decorrem do contrato, nos termos do caput art. 8º do Regulamento, as cotas seriam acrescidas de juros remuneratórios, os quais são de 6% ao ano"* - fls. 723;

b) arts. 104 e 114 do Código Civil - *"Os negócios interpretam-se de forma benéfica e, se a recorrida pagou os juros de 6% ao ano, remunerando o capital com juros, então justo que os juros sejam pagos também sobre as diferenças a serem pagas"* - fls. 724;

c) art. 515 do CPC/73 - no julgamento do anterior recurso especial, que inicialmente anulou o primeiro acórdão dos embargos de declaração (AgRg no REsp 1.055.581/MG, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior), o STJ *"determinou expressamente a devolução da matéria ao Tribunal"*. Deve o recurso ser provido e deferir os juros remuneratórios sobre os expurgos deferidos porque o acessório deve seguir o principal" - fls. 728; e

d) arts. 128 e 460 do CPC/73 - *reformatio in pejus* quanto à diferença de reserva, *"eis que se deferida a Diferença da Reserva Matemática, o acessório é justamente a correção monetária integral, nos termos da Súmula 289/STJ, de modo que o voto vencido teve exatamente o fecho no sentido de deferir os expurgos como postula na inicial, portanto, o voto vencido viola os arts. 128 e 460 do CPC ao deferir a diferença da reserva, mas indeferindo os expurgos não se sabendo os motivos"* - fls. 728.

Por fim, alega também que as parcelas restituídas de poupanças das reservas deveriam ser corrigidas pelo IGP-DI, *"considerando a validade do negócio jurídico entre as partes"* - fls. 729.

Apresentadas contrarrazões - fls. 769-796.

Recurso admitido na origem - fls. 881-883.

É o relatório.

DECIDO.

2. Apesar de ter apontado, em suas razões recursais, os arts. 128 e 460 do CPC/73 como supostamente violados pelo acórdão guerreado, o recorrente não demonstrou, clara e precisamente, de que maneira teria havido a *reformatio in pejus* quanto à diferença de reserva, apresentando razões confusas, de difícil compreensão e com raciocínio quase ininteligível, chegando ao estranho ponto de dizer que o voto vencido teria violado os referidos dispositivos legais.

Diante disso, o conhecimento do recurso especial encontra óbice no Enunciado n. 284/STF, que se aplica, por analogia, ao STJ.

Confira-se:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS EDITORIAIS. PEDIDO DE RESSARCIMENTO INTEGRAL DO DANO AO ERÁRIO. ACÓRDÃO QUE, EM AGRAVO DE INSTRUMENTO, RECHAÇOU A TESE DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. RECURSO QUE NÃO LOGROU IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DO JULGADO HOSTILIZADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE COTEJO HÁBIL A DEMONSTRAR A SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA ENTRE OS CASOS POSTOS EM CONFRONTO. DEFICIENTE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. MATÉRIA DE MÉRITO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA, NA FASE INSTRUTÓRIA. IMPRESCINDIBILIDADE DO REEXAME DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Sobressai, na argumentação desenvolvida no Recurso Especial, que as razões do apelo não expressam, com clareza e objetividade, os motivos que levam a parte recorrente a postular a reforma da decisão recorrida. Omissão que dificulta a exata compreensão da controvérsia no plano jurídico-legal.

2. A via estreita do Recurso Especial exige a demonstração inequívoca da ofensa ao dispositivo inquinado como violado, bem como a sua particularização, a fim de possibilitar o seu exame em conjunto com o decidido nos autos, sendo certo que a falta de indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados caracteriza deficiência de fundamentação, em conformidade com o Enunciado Sumular 284 do STF.

3. A presença de indícios de cometimento de atos de improbidade autoriza o recebimento da petição inicial da Ação Civil Pública destinada à apuração de condutas que se enquadrem à Lei 8429/1992. Deve, assim, prevalecer o princípio do in dubio pro societate. Precedentes do STJ.

4. No caso em concreto, foi com base no conjunto fático e probatório constante dos autos que o Tribunal de origem entendeu pela presença de indícios de prática de improbidade administrativa pela parte ora Recorrente, a autorizar o recebimento da petição inicial. A revisão de tais fundamentos é inviável na via recursal eleita, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ.

5. É necessária regular instrução probatória a fim de que haja a demonstração quanto à efetiva presença de elemento subjetivo exigido para a configuração do ato de improbidade administrativa, o que reforça, por sua vez, a necessidade de recebimento da petição inicial.

6. A divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541,

parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base na alínea "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

7. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1786187/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 11/10/2019)

3. Também quanto à alegação de que as parcelas restituídas de poupanças das reservas deveriam ser corrigidas pelo IGP-DI, "*considerando a validade do negócio jurídico entre as partes*" - fls. 729, verifico que, apesar da explicitação dos fatos e fundamentos, não foi apontado qualquer dispositivo de lei federal como afrontado, o que enseja a deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. Incidência da Súmula n. 284/STF.

4. Quanto às teses de que as declarações de vontade devem atender mais à intenção nelas consubstanciadas do que à forma utilizada - **arts. 104 e 112 do Código Civil** (item **a** do relatório) e de que os negócios devem ser interpretados de forma mais benéfica, devendo ser os juros calculados no mesmo percentual - **arts. 104 e 114 do Código Civil** (item **b** do relatório), o v. acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a parte recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

O Tribunal de origem assim consignou:

No tocante aos índices de atualização dos valores discutidos, todavia, não há como acatar a súplica da instituição segunda recorrente, desta feita por força da Súmula 289 do STJ, que prescreve:

'A restituição das parcelas pagas a plano de previdência privada deve ser objeto de correção plena, por índice que recomponha a efetiva desvalorização da moeda'. - fls. 387.

Esse fundamento permanece inatacado nas razões recursais, subsistindo essa que impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: "*É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*".

Ainda que eventualmente superado esse óbice, verifica-se que a conclusão adotada pelo Tribunal de origem está alinhada com a jurisprudência do STJ, inclusive amparando-se o acórdão em enunciado desta Corte Superior, como citado, o que faz incidir, portanto, a Súmula n. 83/STJ.

5. Por fim, no que pertine ao art. 515 do CPC/73 (item **c** do relatório), sustenta que teria sido desrespeitada a decisão deste Superior Tribunal, proferida em anterior recurso especial - n. 1.055.581/MG, Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior, o qual, em tese, teria determinado a incidência dos juros remuneratórios, por se tratarem de verba acessória, seguindo essa a verba principal.

Não há que se falar na deduzida afronta, tendo em vista que o *decisum* desta Corte Superior proferido no referido recurso especial n. 1.055.581/MG apreciou a tese de afronta ao art. 535 do CPC/73 e entendeu que o acórdão teria sido omissivo no que tange à tese de diferença da reserva matemática.

Confira-se, a propósito, o que restou decidido naquela oportunidade pelo ilustre Ministro Aldir Passarinho Junior:

RECURSO ESPECIAL N. 1.055.581- MG
RELATOR: MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR
RECORRENTE: ROBERTO JOSÉ RICARDO
ADVOGADO: SIMONE MUSA CASTRO SILVA
RECORRIDO: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI
ADVOGADO: JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA SANTOS E
OUTROS

[...]

Na petição de embargos o recorrente apontou omissão quanto ao pedido de diferença da reserva matemática e alertou que tal requerimento não se confunde com o pedido de devolução da cota patrimonial, entretanto a Câmara Julgadora manteve-se silente quanto ao referido tema.

Desse modo, houve omissão de ponto acerca do qual deveria ter se pronunciado o Tribunal, o que deve ser suprido com a devida manifestação e esclarecimento.

Quanto aos demais aspectos do recurso especial, restam estes prejudicados em face do acolhimento quanto à ofensa ao art. 535 do CPC.

Pelo exposto, dou provimento ao recurso especial para determinar que o Tribunal **a quo** se pronuncie sobre a omissão apontada.

Publique-se.

Não houve, como se vê, determinação de incidência de juros remuneratórios, eis que o ponto apreciado limitou-se a questão processual, qual seja: adequada prestação jurisdicional em face da oposição, na origem, dos embargos de declaração cuja omissão apontada não teria sido sanada.

É certo que eventuais consequências podem advir do saneamento do vício, tendo em vista que as questões jurídicas muitas vezes são escalonadas ou intrincadas na análise processual, mas não foi essa a questão deduzida nos autos.

Assim, a alegada violação ao art. 515 do CPC/73 é de todo improcedente, pois em momento algum houve determinação de deferimento de juros remuneratórios ou qualquer outra parcela ou matéria atinente a direitos pleiteados na origem.

Em verdade, a questão foi exaurida, pois o Tribunal de Justiça Estadual, em cumprimento ao *decisum* desta Corte Superior, sanou o vício e apreciou a matéria, conforme entendeu de direito.

Assim, de todo improcedente a alegada afronta ao art. 515 do CPC/73.

Superior Tribunal de Justiça

6. Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial de ROBERTO JOSÉ RICARDO para, nessa parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator